

## PORTARIA N° 11/2026

**Publicada em 09/03/2026 no Diário Eletrônico do TCE-PR n° 3629, p. 75.**

### Procedimento de Apuração Preliminar n° 10/2026

**CONSIDERANDO** a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

**CONSIDERANDO** o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

**CONSIDERANDO** as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 05/2026 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo Município de Campina da Lagoa, consistentes na limitação da competitividade do Pregão Eletrônico n.º 06/2026.

### **RESOLVE:**

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP n° 10/2026 no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 06/2026 do Município de Campina da Lagoa.

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço n° 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive, solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação,

resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 4 de março de 2026

**Gabriel Guy Léger**  
**Procurador-Geral do Ministério Público de Contas**